

RESENHA da reunião do CONSEJ realizada no dia 16 de outubro de 2013, em BRASÍLIA.Local: Procuradoria Geral da República - SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C - Cobertura do Bloco A - Auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Presença de representantes conforme lista que segue como: **Anexo I.** Abertura dos trabalhos às dez horas do dia 16 do mês de outubro de 2013, pela Dra. Maria Tereza Uille Gomes, Presidente do CONSEJ. Informes iniciais a respeito do propósito da reunião e pauta conforme **Anexo II.** A Presidente após saudação dos presentes e agradecimentos pelas presenças informou a respeito da pauta, solicitando sugestões. O Dr. Edmundo, de GO pediu a palavra para falar a respeito da situação do Fundo Penitenciário Nacional, o qual não vem atendendo as necessidades os Estados, e também a respeito do Pacto assinado em 15 de outubro no STF relacionado à questão prisional, estranhando que o CONSEJ não tenha sido convidado nem mesmo os Estados que são os principais interessados na questão. A Presidente do CONSEJ esclareceu que, em verdade não foi convidada, mas que teria, há cerca de um ano, enviado em nome do Conselho algumas sugestões para aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário, pedidas que foram pelo Ministério da Justiça.As informações quanto ao Pacto, são as que seguem, destacadas em corpo menor letra diferenciada, o que se faz para a formulação de uma pauta a ser discutida e encaminhada em forma de proposições ao Ministério da Justiça: Representantes do Judiciário, do Legislativo e do Executivo assinaram, nesta terça-feira (15/10), um pacto para o desenvolvimento de um conjunto de ações para melhorar o sistema penitenciário. Esse termo de compromisso estabelece as medidas a serem adotadas pelos Três Poderes para solucionar problemas como o déficit de vagas e a falta de estrutura das unidades prisionais, assim como as deficiências relacionadas à assistência jurídica e à saúde prestada aos presos.O pacto foi assinado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa; pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros; pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; pelo Procurador-Geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Rodrigo Janot; pelo presidente do Conselho Nacional de Defensores Públicos, Nilton Leonel; e pela diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Deise Benedito. A assinatura do ato ocorreu no gabinete da Presidência do STF, em Brasília/DF.O termo de compromisso prevê o desenvolvimento de ações em três eixos: Modernização e Acessibilidade do Sistema de Justiça, Modernização e Profissionalização da Gestão Penitenciária e Execução Penal e Aperfeiçoamento dos Projetos de Reintegração Social de Presos e Egressos. O presidente do CNJ destacou a importância da conjunção de esforços para sanar os principais problemas do sistema carcerário brasileiro. "Agradeço a todos", disse o ministro Joaquim Barbosa às autoridades que assinaram o termo de compromisso.No Brasil, a população carcerária chega atualmente a cerca de 550 mil detentos. No entanto, o sistema prisional dispõe apenas de 310.687 vagas. Para o ministro da Justiça, o pacto vem atender a uma necessidade do Estado brasileiro. "A questão das unidades prisionais é um dos mais graves problemas de segurança pública no Brasil. Existem unidades que não servem para a reinserção do preso; registramos também violações quanto aos direitos humanos. Portanto, realmente temos muito para fazer nessa área", afirmou Cardozo. De acordo com o ministro, as medidas previstas no pacto

foram amplamente debatidas pelos representantes do Judiciário, do Legislativo e do Executivo. O presidente do Senado Federal, por sua vez, disse que a principal contribuição do Congresso será no sentido de aperfeiçoar a legislação penal. "Vamos colaborar com o aperfeiçoamento institucional e priorizar as leis", destacou Calheiros. "Foi um grande prazer assinar esse termo de compromisso, em nome do Senado Federal, sobretudo porque as ações previstas irão otimizar a execução prisional e reduzir o déficit carcerário", acrescentou. **Medidas** - O pacto firmado pelos Três Poderes prevê uma série de medidas que de fato podem sanar as principais mazelas do sistema carcerário brasileiro. Com relação ao eixo Modernização e Acessibilidade ao Sistema de Justiça, por exemplo, o termo de compromisso prevê a ampliação do atendimento jurídico as pessoas que estão sob custódia. Também integra esse conjunto de metas a realização de um esforço concentrado entre os signatários do acordo para a ampliação de vagas nos presídios masculinos e femininos. O termo de compromisso prevê ainda, com relação a esse eixo, a adoção de uma estratégia para que os magistrados apliquem as medidas cautelares com mais frequência. Prevista na Lei n. 12.403/2011, esse instrumento pode ser utilizado pelo juiz durante as investigações criminais em substituição à prisão preventiva, dependendo da gravidade do crime. Com relação ao eixo Modernização e Profissionalização da Gestão Penitenciária e Execução Penal, o pacto visa à integração dos bancos de dados e informações sobre o sistema penitenciário dos diferentes poderes e órgãos. Outra meta é investir na capacitação dos agentes penitenciários. O último eixo previsto no pacto, Aperfeiçoamento dos Projetos de Reintegração Social de Presos e Egressos, prevê ações para aperfeiçoar os programas e projetos de reintegração social dos presos e dos egressos do sistema penitenciário e para construir ou ampliar os espaços educacionais das unidades prisionais. Diante do que foi colocado a Presidente destacou que o CONSEJ deveria enviar ao Ministério da Justiça uma agenda propositiva, começando com esclarecimentos a respeito do Fundo Penitenciário Nacional. Na sequência os representantes dos Estados se manifestaram para fazer colocações a respeito dos problemas que estão enfrentando, dentre os quais os projetos para construções. A Presidente informou a respeito do projeto do Pará que foi aprovado pelo DEPEN e pela Caixa Econômica e que está à disposição dos Estados. Expôs, também, o Projeto do regime semiaberto que será implantado no Paraná, apresentando o Presidente da COHAPAR cujo órgão irá executar, e disponibilizou para os Estados referido Projeto. O Presidente da COHAPAR, Dr. Mounir Chaowich falou a respeito da construção de casas populares, que servirão para o Projeto do semiaberto, destacando as experiências quanto as casas construídas no Estado do Paraná. A seguir a Presidente fez a apresentação do BI nacional, com os dados fornecidos por 16 Estados. Os presentes manifestaram satisfação com o que foi apresentado e foi proposto que cada unidade federada tenha um gestor para enviar as informações à SEJU/PR – para Fabiano ("**Fabiano Baia Bonifácio**" <bonifacio@seju.pr.gov.br) que se incumbirá de coligir os dados em questão. Aproximadamente às 11,30 horas adentrou ao recinto a Dra. Raquel Dodge, Subprocuradora Geral da República, a qual cumprimentou a todos manifestando, em nome do Ministério Público Federal, suas apreensões e aflições em relação à questão prisional, destacando que este Órgão tem muito a contribuir para minimizar os males que afligem a questão carcerária. A seguir e devido ao adiantado da hora a reunião foi suspensa para almoço, reiniciando as 14,00 horas, procurando-se dar sequência às ponderações dos Estados, visando dar uniformidade à carta propositiva a ser encaminhada ao

Ministro da Justiça. A tônica das colocações efetivadas pelos Estados foi no sentido de se resolver a contenção de recursos do fundo penitenciário visando disponibilidade de mais verbas para reforma; construção e ampliação de estabelecimentos penais; aquisição de equipamentos; gestões para que o DEPEN apresente os projetos padrão, com níveis de segurança diferenciados; qualificação do pessoal nas diferentes áreas em que atuam, dentre outras situações. As colocações fazem parte das considerações expendidas pelas unidades federadas, cuja síntese segue em letra diferenciada: Diante do Pacto atrás referido o CONSEJ deliberou sobre medidas necessárias para solucionar **3 questões urgentes da realidade prisional brasileira**, conforme segue: **Problema 1: Condições Prisionais degradantes - Problema 2: Falta de condições para promover a ressocialização. Problema 3: Ameaças de terrorismo na Copa do Mundo - Serviços e equipamentos de inteligência.** Debatidas as diferentes questões, foram esboçadas algumas propostas e soluções, visando a que o CONSEJ possa, em reunião oportuna, deliberar quanto ao encaminhamento de expediente aos órgãos competentes com as propostas de modo a contribuir para o grave problema que assola todas as unidades da federação. **Soluções Propostas: Eixo 1** - Redução da superlotação com construções, ampliações e reformas relativas ao módulo de vivência e também para promover os serviços de assistência - Definição da fonte de custeio com repasse Fundo a Fundo - A interdição de cadeias com determinação de transferência de presos para outras unidades superlotadas complica a gestão prisional - Foco emergencial: construção de alojamentos dignos (retirar presos que estão dormindo nos banheiros) - Ampliar o valor de repasse para ampliação de presídios - Local para construção de presídios: ação política de convencimento dos Prefeitos e Vereadores sobre a necessidade de construção de cadeias públicas, como determina a LEP - A prioridade de investimento deve ser feita nos alojamentos para os presos, e, em segundo lugar nos ambientes destinados a ressocialização - A burocracia tem sido um empecilho muito grande - qualificar o pessoal nos Estados - Planejamento: construção de presídios com níveis diferentes de segurança; classificação dos presos de acordo com a natureza da infração, com maior ou menor capacidade de segurança (arquitetura prisional diferente) - Falta de capacidade técnica de acompanhamento dos contratos, o que gera atrasos e aditivos desnecessários; - Enxergar a realidade com o foco do problema atual: a superlotação como medida mais urgente para dar dignidade de acomodação às pessoas encarceradas. A Presidente passou a ouvir algumas unidades da Federação para ver as condições em que se encontram. **1. Realidade de PERNAMBUCO:** 9.000 vagas e 30.000 presos, incluindo as cadeias; medidas para redução imediata da superlotação: recuperação de cadeias que estão interditadas por ordem judicial, mas cujas condições são melhores do que alguns presídios hiper-lotados; o Estado não dispõe de recursos para a reforma e o ideal seria o repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional para o Estadual; em 2002 foi o último ano que construíram presídios; Pernambuco tem uma obra em andamento que é referente a Jovem e Adultos padrão disponibilizado pelo DEPEN ao custo médio de R\$72.000,00 para 421 vagas, cujo projeto foi modificado para 632 vagas ao custo de R\$ 48.000,00. Do Programa de Ampliação de Vagas do DEPEN a expectativa é obter a LAE até o final de outubro para 5 projetos de construção (padrão DEPEN atual) 388 vagas masculino e 2 de 407 que são femininos. União com 82 milhões e o Estado com cerca de 20 milhões. - Necessidade de padronização de projetos, que atendam prioritariamente as necessidades de alojamento (1/3) enquanto a estrutura de ressocialização ocupa (2/3) - Repasse imediato de recursos do Fundo Nacional para o Fundo Estadual para financiar o monitoramento eletrônico. **2. ALAGOAS:** Tem contrato de repasse antigo AGU na CEF e que não está conseguindo terminar de cumprir as exigências da CEF, desde 2.008. Já que é um Projeto Padrão do Pará a CEF deveria aprovar para todo o Brasil. Estado já investiu 192 vagas a 6 milhões na capital;

está elaborando um projeto próprio de 789 vagas a 35 milhões em Giral do Ponciano; população carcerária de 5.450; déficit de 1.700 vagas; o Estado não tem nenhuma unidade de semiaberto no Estado, porque a única que existia está interditada por ACP; tornozeleira eletrônica está sendo usada para o semiaberto: quantos usam e quanto custa; qual é a empresa que opera; Ata de Registro de Preço de Rondônia por 620,00 com pessoal – empresa Consorcio de Monitoramento ICConsult; constar na planilha o escopo do serviço e ata de registro de preço ou edital; O Estado deve gerar 2.299 vagas. 1008 no presídio da capital, ampliação do feminino de 210 vagas; Média do custo vaga 27 ou 28.000; - Transformar unidades penais antigas em unidades de regime semiaberto. Qual é a demanda reprimida? - Verbas para readequação de imóveis públicos em Centros para regime semiaberto. – **3. TOCANTINS:** superlotação: 1 para regime fechado; 1 para fechado e semiaberto - Capital - Necessidade de regionalização - Adotou o projeto do Pará e conseguiu aprovação da CEF. Deixou de construir a unidade da Verdi 500 vagas por 22 milhões e vai construir 603 vagas por 17 milhões e recursos da OGU. - Estado assume: titularidade do terreno, projetos de terraplanagem, sondagem, fundação e licenças. União assume todo o resto, com projetos padrão com número de vagas diferentes, previamente discutidos e aprovados pelo CONSEJ e CEF. Sem nenhuma outra contrapartida dos Estados, salvo a estrutura para licitação e acompanhamento de obras. - Liberação de recursos do MJ para reforma - Superlotação hoje: 1.800 vagas. Semiaberto improvisado com casas alugadas. Monitoramento eletrônico nada. Superlotação e falta de recursos para a gestão. Regionalização de Presídios e desativação gradativa das carceragens de Delegacias, tendo em vista a otimização de gestão. **4. SERGIPE:** problemas padronizados buscando projetos; superlotação 1000. Como resolver os 1.000. Tem 400 no semiaberto – quer desativar e usar tornozeleiras. Recursos OGU de 2.008 cadeia para 308 vagas, com recursos da União. Tem 2 estabelecimentos da União. O Estado tem projetos próprios. **5. ESPIRITO SANTOS:** muito preso provisório; déficit de 2.500 vagas. Semiaberto com treliche. Monitoramento eletrônico: fase de conclusão com a empresa vencedora a R\$ 160,00 o monitorado – de 100 a 6.000 monitorados (aparelho e serviço), com termo de referência do Estado. Conclusão dos testes para implantação - Definição de critérios para o uso de tornozeleiras. **6. BAHIA:** superlotação: 8.100. Recursos próprios: 3000 vagas mais ou menos - Recursos DEPEM: 2.735 vagas – Projeto do DEPEN - Custo da vaga DEPEN – R\$ 44.000,00 - Monitoramento Eletrônico – ainda não tem. 64% de presos provisórios - A superlotação carcerária depende da corresponsabilidade de outros Órgãos e Poderes. **7. ACRE:** 4.379 presos - 176 mulheres - 5 unidades na capital 5 no interior. Tornozeleira: 400 a 1000 tentando pegar carona no edital de Recife. Hoje 450,00 por unidade. Projeto próprio Medida de Segurança – Construções paradas ou interditadas. **8. AMAPÁ:** IAPEM 5 Centros Prisionais - 2.390 presos. Superlotação: Obras em andamento iniciadas em 2008 que ficaram paradas por falta de contrapartida. Não tem presos em delegacias de polícia. Fortalecimento das ações policiais refletem no aumento da população carcerária. Redução de fugas e mortes. Contratação de servidores públicos – Terreno documentado - Projeto Padrão – SENASP e DEPEN - Não tem Centro interditado. Tem Penitenciária de Segurança Máxima. Atende a demanda por vaga. Crescimento da população carcerária a partir da Lei de Drogas; burocracias com a CEF – perde o recurso. Diretrizes de 2005 do CNPCP substituída pela Res. 9 do CNPCP. Criou espaços desnecessários. Qual foi o investimento total dos Estados e da União nos últimos anos. Número de Presos; custo aproximado de gestão por preso; custo total de investimento pelo Estado com a gestão nos últimos 5 anos; investimento da União e do Estado nos últimos 5 anos em construção: 10 milhões da União e 30 milhões do Estado. Quanto o FUNPEN está gastando para manter o Sistema Penitenciário Nacional? Quanto está repassando para os Estados, ao longo dos últimos 5 anos? Quantos presos federais nos Presídios.

Custo dos presos federais nas unidades estaduais O que mais tem pressionado – preso sentenciado e não sentenciado Presídios Femininos Adequados – **Eixo 2 Gestão da Informação:** valorizar o envio de dados para o SINESP Apoiar o SINESP com o emprego da ferramenta BI para melhorar a gestão dos dados prisionais. **Eixo 3. Gestão Prisional visando o cumprimento da pena e a ressocialização** - Educação: Incentivar o PRONATEC e ENCEJA - Saúde: Implementação da Portaria 1777 – Não tem repasse dos Ministérios da Justiça e Saúde para as Secretarias de Estado e Municipais da Saúde para investimento e custeio. Universalização de tratamento pelo SUS. - Assistência Social: pesquisar a possibilidade de inclusão de preso ou de familiares em benefícios do CADUNICO (Bolsa, segurança alimentar, moradia) e auxílio reclusão – Alimentação - Repasse de recursos para manutenção de despesas dos presos federais recolhidos em presídios estaduais; - Documentação civil: RG, CPF e CNPJ - Transferir a gestão do sistema prisional para o sistema de saúde dos internos submetidos a medida de segurança. Investimentos e custeio: - Aquisição de veículos e equipamentos de segurança; - Prioridade: aquisição da maleta para identificação de celulares nos presídios - Aquisição de BodyScann com RX e esteira para acabar com a revista íntima e aumentar a segurança - Aquisição de veículos para transporte de presos; - Aquisição de uniformes, colchões e cobertores; - Aquisição de armamento e munição menos letal; - Aquisição de câmeras de vigilância; - Aquisição de aparelhos de monitoramento eletrônico; - Aquisição de equipamentos de bloqueio de celulares em presídios - Desenvolvimento de Sistema Informatizado para Administração Prisional através do SINESP; - Projetos para cabeamento de unidades visando aquisição e implantação de educação a distância nos presídios; - Repasse de recursos para pagamento de pecúlio aos presos que desenvolvem trabalho interno; - Disponibilizar equipe técnica de capacitação para servidores dos Estados que atuam em projetos e obras de engenharia; Prevenção de Doenças - Gastos com Pessoal no Sistema Prisional decorrente das novas construções - Discutir com o Tribunal de Contas da União e Ministério Público Federal a elaboração de nota técnica, para definição do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal - Transferir para os Fundos de Saúde todas as despesas relativas a assistência a saúde (médica e odontológica), inclusive, com os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. (medicamentos, correlatos, equipe técnica e aparelhamento) - Transferir para os Fundos de Educação, Esporte e Lazer todas as despesas referentes a assistência educacional; construção de salas de aula; desenvolvimento de práticas esportivas e jogos internos; - Transferir para os Fundos de Segurança a aquisição o de equipamentos de segurança nos presídios (cadastramento biométrico de presos e equipamentos de controle de acesso – bodyscan, raquete, rx, catraca eletrônica, portal, rádios comunicadores, algemas, modernização de frota, capacitação e treinamento para cursos de tiro relativos a formação inicial e continuada dos servidores da segurança prisional), aquisição de armas e munições, coletes, capacete e escudo balístico, câmeras de segurança, etc. - Transferir para os Fundos de Assistência Social (despesas com alimentação, pecúlio, bolsas, material de higiene e limpeza, cobertores, colchões, uniformes) - Transferir para os Fundos do Trabalhador as despesas decorrentes da qualificação profissional, instalação de equipamentos para educação a distancia, instalação de oficinas permanentes de capacitação profissional, emissão de carteiras de trabalho. Retirar das despesas do Fundo Penitenciário Nacional as despesas de manutenção e custeio dos presídios federais. Transferir para a União as despesas com o transporte de presos entre Estados e para presídios federais. **Problema 2.** Falta de condições para promover a ressocialização. Solução Proposta: - Construção de ambientes adequados para escolarização, trabalho e atendimento a saúde - Modificação da LRF para propiciar Contratação de Pessoal - Definição da fonte de custeio com repasse Fundo a Fundo. Outras situações salientadas nas considerações efetivadas pelos Estados a título de amostragem. **Problema 3.** Ameaças de terrorismo na Copa do Mundo - Serviços e

equipamentos de inteligência. Pode-se observar pelas anotações a deficiência de equipamentos dos Estados para a área de inteligência, devendo a União prover recursos para que não ocorram distúrbios no decorrer da Copa. Como se observa são muitos os aspectos a respeito dos quais é preciso que este CONSEJ reclame a quem de direito a atenção devida aos Estados. Ao final dos trabalhos, a Dra. Raquel Dodge, Subprocuradora-Geral da República teceu outras considerações quanto as questões salientadas, dizendo que são providências salutares à questão prisional. A Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião aludindo que este ano outra ainda será marcada com comunicação oportuna. Do que para constar foi lavrada esta Resenha que vai publicada para aprovação no site da SEJU/PR/CONSEJ.